



Emergência habitacional em São Paulo

Uma análise da crise de moradia sob a perspectiva da produção autogestionária e da luta contra despejos e remoções forçadas

Evaniza Rodrigues, Benedito Roberto Barbosa, Talita Anzei Gonsales

Documento de trabalho

Dezembro de 2024

Urbanização; política e planejamento

Palavras-chave:

Habitação, moradia, Brasil, assentamentos informais, autogestão

Sobre os autores

Evaniza Rodrigues, UMM-SP
evaniza.unmp@gmail.com

Benedito Roberto Barbosa/UMM-SP/LabJuta-UFABC
ditocmp@gmail.com

Talita Anzei Gonsales/LabJuta-UFABC
talita.anzei@gmail.com

Produzido pelo grupo de Assentamentos Humanos do IIED

O programa de Assentamentos Humanos do IIED trabalha por meio de parcerias para a criação de cidades que sejam sustentáveis, prósperas, resilientes, saudáveis e seguras, além de inclusivas e equitativas. Fazemos isso gerando informações comprovadas de alta qualidade, moldando debates, formando coalizões e influenciando políticas e práticas em várias escalas.

Agradecimentos

Agradecimentos à Misereor pelo apoio e suporte de diversas iniciativas da UMMSP, à Campanha Despejo Zero em suas escalas nacional e estadual e aos parceiros deste projeto: Periferia em Movimento, Rádio Comunitária Heliópolis, Coletivo JRRD, Peixolho Produções e aos facilitadores das oficinas: Tiaraju D'Andrea, Thiago Borges, Gisele Brito, Marilu Cabanes, Laura Capriglione.

Este trabalho foi apoiado pelo Arts and Humanities Research Council (número do subsídio AH/W005980).

Produzido em parceria

Este documento de trabalho foi produzido como parte do projeto de pesquisa-ação “Mídia cívica para o direito à moradia: lições das lutas contra os despejos em São Paulo e Lagos”, liderado pelos pesquisadores Alexandre Apsan Frediani e Camila Cociña do IIED. Produzido em parceria com União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior (UMM-SP), Laboratório de Justiça Territorial e Universidade Federal do ABC.

A União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior (UMM-SP), fundada em 1987, tem como objetivo coordenar e mobilizar os movimentos de moradia, lutar pelo direito à moradia, pela reforma urbana e pela autogestão, buscando assim resgatar a esperança do povo em direção a uma sociedade sem exclusão social. Representa uma articulação de movimentos que atuam na área de habitação popular.

O LabJuta (Laboratório Justiça Territorial), vinculado à Universidade Federal do ABC, é um laboratório de pesquisa e extensão criado em 2015. Sua formação surgiu do encontro entre professores, discentes, pesquisadores e lideranças populares, com o propósito de desenvolver atividades de extensão e pesquisa que focam diversas temáticas, utilizando metodologias de pesquisa-ação.

Publicado pelo IIED, dezembro de 2024

Rodrigues, E, Barbosa, BR, Gonsales, TA (2024) Emergência habitacional em São Paulo: Uma análise da crise de moradia sob a perspectiva da produção autogestionária e da luta contra despejos e remoções forçadas. IIED, Londres.

www.iied.org/pt-br/22588IIED

ISBN: 978-1-83759-111-4

International Institute for Environment and Development
44 Southampton Buildings, Londres WC2A 1AP Reino Unido
Tel: +44 (0)20 3463 7399
www.iied.org

 @iied

 www.facebook.com/theIIED

Baixe mais publicações em www.iied.org/publications



As publicações do IIED podem ser compartilhadas e republicadas de acordo com a Licença Pública Internacional Creative Commons Attribution-

NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0). De acordo com os termos desta licença, qualquer pessoa pode copiar, distribuir e expor o material, desde que atribua o devido crédito à fonte original e não o utilize para fins comerciais nem crie derivados. Licenças diferentes podem ser aplicadas a alguns elementos ilustrativos, em cujo caso a licença será exibida na lateral. O IIED está à disposição para discutir qualquer aspecto de uso adicional. Obtenha mais informações em www.iied.org/about-publications

O IIED é uma instituição beneficente registrada na Inglaterra, Charity No.800066, e na Escócia, OSCR Reg No.SC039864, e uma entidade limitada por garantia registrada na Inglaterra sob o número 2188452.

O texto analisa as estratégias adotadas pelos movimentos de moradia no Brasil, com foco especial na União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP), no contexto das crises econômica, social, política e sanitária recentes no Brasil. Duas principais abordagens de atuação desses movimentos são destacadas: a promoção da autogestão habitacional e a luta contra despejos e remoções forçadas. Essas estratégias refletem as complexidades do debate sobre o acesso a uma moradia digna e aos direitos à cidade, emergindo da constatação de uma persistente crise habitacional no país.

O texto ressalta como essas abordagens não apenas buscam resolver questões imediatas de habitação, mas também abordam reivindicações históricas dos movimentos de moradia, tocando em aspectos estruturais e do cotidiano da vida contemporânea. A luta pela autogestão é apresentada como um desafio ao modelo de sociedade individualista, enquanto a resistência contra os despejos combate práticas excludentes de produção urbana, marcadas por um modelo econômico que marginaliza certos grupos sociais.

Índice

Resumo	4	Parte II — A luta contra despejos e remoções forçadas	14
Introdução	5		
Parte I — Programas de produção autogestionária da habitação	6	1 Sem teto e sem água: despejos na pandemia, uma tragédia para os deserdados da terra no campo e na cidade	15
1 A importância da autogestão na luta por moradia	7	2 Denúncias de despejo e estratégias de resistência	19
2 Atuação federal no campo da moradia	9	2.1 Dossiês e registros públicos de casos de ameaças de remoção	19
2.1 A crise habitacional no Brasil	9	2.2 Articulações locais e o enfrentamento coletivo	20
2.2 Política habitacional entre 2007 e 2016	10	2.3 Articulação de denúncias e acompanhamento das comunidades	20
2.3 2016–2022 — Desmonte da Política Nacional de Habitação	11	2.4 Novas perspectivas para o enfrentamento dos despejos no Brasil	21
2.4 Novo governo (2023)	11		
		Conclusão	22
		Siglas	23
		Referências	24

Resumo

Este texto analisa as estratégias adotadas pelos movimentos de moradia no Brasil, com foco especial na União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP), no contexto das crises econômica, social, política e sanitária recentes. O texto se propõe a analisar a crise habitacional sob duas óticas principais: a busca pela produção autogestionária da habitação e o combate aos processos de remoção forçada. Tal análise ganha contornos especialmente relevantes a partir de 2015, período em que se intensificam as crises econômica, habitacional, política e sanitária no Brasil e no mundo. É importante esclarecer que a intenção não é limitar as ações da UMM-SP a estas duas áreas; ao contrário, reconhece-se a complexidade das intervenções deste movimento em múltiplas frentes de atuação. A escolha deste enfoque temático deve-se à sua pertinência nas recentes conjunturas históricas, marcadas por uma aguda emergência habitacional e pela necessidade de refletir sobre os modos de vida que relegam inúmeras pessoas a condições indignas de existência.

O texto é dividido em duas partes principais. A primeira foca a importância da produção autogestionária de habitação, destacando a maneira como os movimentos de moradia desafiam a lógica tradicional das políticas públicas habitacionais e propõem alternativas que transcendem a ação reivindicatória. Essa busca pela autogestão questiona também a reprodução de privilégios e o entendimento da casa como um mero produto ou negócio, visando, em última análise, a construção de comunidades, pertencimento e sociedade. Tal processo envolve navegar por um mar de conflitos, contradições e desafios, servindo como pano de fundo para repensar outras formas de vida diante das diversas crises que enfrentamos.

A segunda parte do trabalho concentra-se na luta contra despejos e remoções forçadas, com ênfase nas mobilizações ocorridas durante a pandemia. A escolha desse tema é motivada pela ironia cruel de processos de remoção em um momento em que permanecer em casa se tornou um ato de preservação da vida contra o vírus causador da covid-19, revelando que algumas vidas são consideradas menos dignas de proteção. Aqui, o foco não está apenas em aspectos tradicionais dos processos de remoção, mas também na negação de direitos básicos a certos grupos, incluindo o direito à vida e à saúde.

Assim, o trabalho aborda não só o direito à moradia digna e o direito à cidade, como consagrados pela constituição brasileira, mas também a importância de discutir o direito à permanência, a diferentes modos de vida, à saúde e à existência, especialmente para aqueles cujos direitos são frequentemente violados.

Por meio dessas duas linhas temáticas, o texto traça um percurso que articula reivindicações consolidadas dos movimentos de moradia com questões fundamentais da vida contemporânea, apresentando iniciativas e estratégias de luta que oscilam entre os espaços oficiais e os criativamente inventados de engajamento político. Este enfoque permite uma compreensão ampla dos desafios enfrentados pelos movimentos de moradia na atualidade, bem como das possíveis vias de atuação e resistência.

Introdução

Este texto se dedica a explorar duas áreas fundamentais de atuação da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP): primeiro, a luta pela produção autogestionária de habitação de interesse social, destinada principalmente a famílias de baixa renda; e segundo, a resistência contra despejos e remoções forçadas, com especial atenção ao contexto da pandemia, quando a recomendação de “ficar em casa” se tornou também uma medida de proteção à vida. Ao se concentrar nesses aspectos, evidencia-se como a UMM-SP aborda a crise habitacional não só reivindicando soluções, mas também sugerindo alternativas que visam à justiça social e à elevação da qualidade de vida.

A partir dos exemplos apontados em ambas as partes do texto, esta reflexão se propõe a olhar para o caráter propositivo, experimental e de construção dos movimentos de moradia, para além da discussão mais clássica, que envolve o caráter reivindicatório e/ou de denúncia.

Se, por um lado, a autoconstrução provoca a discussão por um outro modelo de produção habitacional e, conseqüentemente, por um outro modelo de sociedade, por outro, a luta contra os despejos desperta a discussão acerca da permanência e, conseqüentemente, do direito de existir em seus locais de moradia. São duas faces de uma mesma luta por moradia que também desafia outros aspectos da vida contemporânea.

Parte I

Programas de produção autogestionária da habitação

1

A importância da autogestão na luta por moradia

A proposta de autogestão na produção habitacional marca um ponto importante na história da UMM-SP e da União Nacional por Moradia Popular (UNMP), integrando a luta do movimento de moradia desde os anos 1980. As primeiras experiências de produção autogestionária emergem em um contexto de intensa efervescência das lutas sociais, um período marcado por mobilizações e ocupações de terras urbanas, quando as comunidades começam a construir alternativas coletivas para a questão da moradia. Os movimentos de moradia evoluem de uma postura meramente reivindicativa para uma atuação propositiva, influenciando diretamente na elaboração das políticas urbanas. A partir dessas experiências, os movimentos de moradia incorporam a proposta dos mutirões autogestionários tanto na iniciativa popular de lei quanto na criação de instâncias institucionais de participação. Assim, desde sua fundação, a UNMP defende a autogestão não apenas como uma proposta política, mas também como uma abordagem de gestão das políticas públicas.

Trata-se de um modelo organizativo coletivo, apoiado nos conceitos de participação, ajuda mútua, saber popular, solidariedade, justiça social e utopia, que servem como condutores da ação. Por isso, a UNMP defende a autogestão e o mutirão não apenas como propostas no campo da política habitacional, mas como instrumentos para a construção de um projeto popular para o Brasil.

A definição de autogestão na produção habitacional diz respeito a ações nas quais a produção da moradia ou a urbanização de uma área ocorrem sob o controle dos futuros moradores. Essa abordagem é valorizada por diversos motivos: (i) mobiliza a população de baixa renda, que passa a entender que direitos são conquistados; (ii) combate o clientelismo e a corrupção na satisfação das demandas habitacionais; (iii) delega capacidades econômicas e de gestão às comunidades; (iv) desafia a transferência de riqueza pelo Estado para empresas privadas; (v) questiona a visão da moradia como mercadoria e fonte de lucro para o capital, ao viabilizar a produção habitacional sem fins lucrativos.

A proposta autogestionária desafia a produção privada de habitação social, posicionando-se como uma alternativa ao modelo tradicional de mercado e às políticas públicas existentes. Essa abordagem não apenas promove o desenvolvimento das capacidades econômicas, sociais e políticas dos setores populares, mas também tem se mostrado uma ferramenta política e de mobilização extremamente relevante. Compreende-se que é no compartilhamento de tarefas e responsabilidades e nas decisões tomadas coletivamente que se constrói o sentimento de pertencimento, permitindo que a comunidade se envolva ativamente e de maneira integral em todo o processo.

Defendemos a participação popular em todas as etapas relacionadas à conquista da moradia: a definição do terreno, o projeto, a escolha da equipe técnica ou as

formas de construção, além do controle dos recursos públicos e da obra pela própria comunidade. Queremos também introduzir o conceito do regime de propriedade coletiva para as moradias produzidas, pois é preciso avançar para além da propriedade individual e defender uma forma que ao mesmo tempo proteja a família moradora e retire essas moradias da apropriação pelo mercado.

Desde o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades em 2009, a UNMP emergiu como uma força líder tanto no desenvolvimento e modificações do programa quanto na realização de projetos habitacionais autogeridos. No entanto, após o impeachment de 2016, a UNMP redirecionou seu foco para a preservação destes princípios fundamentais, lutando contra o desmantelamento de políticas públicas, reduções em

investimentos sociais e a tendência de privatização na política habitacional. Em 2023, a mudança de governo reacendeu o interesse por essa pauta, trazendo-a novamente para o centro das discussões.

Para difundir os conceitos da proposta de autogestão na habitação, a UNMP lançou, em 2019, uma cartilha popular¹ que conta um pouco da história e dos componentes da proposta.

Além disso, a UNMP publicou uma revista² com dados e informações sobre 56 empreendimentos autogestionários produzidos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, demonstrando a qualidade do projeto e da execução, o envolvimento das famílias participantes e a diversidade das soluções habitacionais construídas.

¹ A cartilha está disponível em https://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/cartilha_autogestao.pdf

² Revista disponível em: https://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/revista_autogestao.pdf

2

Atuação federal no campo da moradia

2.1 A crise habitacional no Brasil

No Brasil, enfrenta-se um desafio habitacional significativo, com um déficit que, em 2019, foi estimado em 5,8 milhões de unidades habitacionais, conforme dados fornecidos pela Fundação João Pinheiro, a instituição responsável por quantificar essa lacuna.³ A distribuição dos diferentes componentes desse déficit é detalhada na figura abaixo. Notavelmente, 75% das famílias em necessidade de moradia possuem

renda inferior a dois salários mínimos, evidenciando sua extrema vulnerabilidade e a urgente demanda por políticas públicas direcionadas a esses grupos, com o objetivo de mitigar a crise habitacional e promover o acesso a moradias adequadas.

A formação de novos núcleos familiares está intensificando a demanda por moradias, exacerbando os déficits existentes tanto em quantidade quanto em qualidade. Além da carência numérica de habitações, enfrentamos também um déficit qualitativo significativo. Este se caracteriza por problemas como a ausência

Tabela 1. Deficit habitacional componentes Brasil – 2016 a 2019

Especificação	2016	2017	2018	2019
Habitação precária	1.296.754	1.490.695	1.423.686	1.482.585
Rústicos	760.264	801.668	711.303	696.849
Improvisados	536.490	689.027	712.383	785.736
Coabitação	1.546.103	1.527.259	1.400.701	1.358.374
Cômodos	137.223	117.378	99.546	96.968
Unidades conviventes	1.408.880	1.409.882	1.301.155	1.261.407
Ônus excessivo aluguel urbano	2.814.391	2.952.708	3.045.653	3.035.739
Déficit habitacional	5.657.249	5.970.663	5.870.041	5.876.699

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) – 2019; Cadastro Único (CadÚnico) – Data de extração: 14/11/2020. Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi)

³Dados obtidos em <https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>, acesso em 10 fev. 2023

de anheiros, uso de materiais inadequados na construção, infraestrutura precária e questões de inadequação fundiária. Em 2021, esta situação afetava aproximadamente 24.893.961 moradias no Brasil.

Para enfrentar esse desafio complexo e multifacetado, é fundamental que as políticas habitacionais sejam abrangentes e sensíveis à diversidade dos déficits habitacionais. Isso implica na formulação e implementação de uma variedade de programas que atuem em sinergia com os governos estaduais e municipais. Tal abordagem colaborativa é crucial para combater efetivamente o caos habitacional e urbano que assola o país.

2.2 Política habitacional entre 2007 e 2016

Durante os mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2002-2016), os programas MCMV e PAC — Urbanização de Assentamentos Precários emergiram como iniciativas pioneiras no combate ao desafio crônico da habitação no Brasil, destacando-se especialmente por focar a população de baixa renda.

Esses programas não apenas mobilizaram um volume sem precedentes de recursos financeiros para apoiar intervenções habitacionais nos estados e municípios, como também introduziram inovações significativas na política habitacional nacional. Adotaram a urbanização integrada e a regularização fundiária como pilares fundamentais, lançaram programas especiais voltados para movimentos sociais e cooperativas urbanas e rurais e garantiram o acesso à moradia para os mais necessitados, independentemente de sua capacidade de pagamento. Este último aspecto foi particularmente revolucionário por reconhecer que uma parte considerável da população está excluída das condições convencionais de financiamento oferecidas pelo sistema bancário. Adicionalmente, os programas instituíram que os contratos de novas casas ou de regularização fundiária deveriam ser titulados preferencialmente em nome das mulheres, promovendo assim a igualdade de gênero no acesso à moradia.

Entre 2009 e maio de 2016, o Programa MCMV realizou a contratação de 4,2 milhões de unidades habitacionais e estendeu sua atuação a 96% dos municípios brasileiros, consolidando-se como um dos programas de moradia social mais expressivos globalmente. Durante esse período, aproximadamente metade das unidades entregues foram destinadas a famílias com renda até 1.800 reais, categorizadas na Faixa 1 do programa. Para apoiar especificamente

este segmento de renda, foram alocados cerca de 110 bilhões de reais em subsídios, provenientes do Orçamento Geral da União (valores de 2016). Entre os contemplados, 46% eram beneficiários do Bolsa Família, 67% se identificavam como negros, mais da metade não havia completado o ensino fundamental e 70% possuíam uma renda familiar de até 800 reais, evidenciando o foco do programa em atender às camadas mais vulneráveis da população.⁴

Além dos aspectos quantitativos, o Programa MCMV enfrentou críticas relativas à sua estrutura, em que construtoras e incorporadoras desempenharam papel central na definição dos projetos, em detrimento da participação direta dos órgãos públicos. Essa abordagem foi questionada também em relação aos resultados qualitativos, com muitas das unidades apresentando deficiências em termos de qualidade construtiva, localização e envolvimento dos moradores nas decisões.

Contudo, um desenvolvimento positivo foi a integração dos movimentos sociais urbanos e rurais como participantes ativos do programa, especialmente por meio da autogestão habitacional, evidenciada nas modalidades Minha Casa Minha Vida Entidades e Habitação Rural. Embora representem menos de 10% do total das unidades construídas, esses projetos demonstraram resultados notadamente positivos.

O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades é financiado com recursos do Orçamento Geral da União e oferece um alto nível de subsídio. Destina-se especificamente a cooperativas habitacionais e associações sem fins lucrativos, que devem submeter suas propostas a uma análise e aprovação por parte de um agente financeiro. Esse modelo abrange desde a aquisição ou doação do terreno pelo poder público, elaboração do projeto, licenciamento, construção das unidades habitacionais, infraestrutura condominial, até equipamentos comunitários, acompanhamento social e legalização das propriedades. Oferece duas opções de execução: a autogestão, na qual o grupo organizado administra diretamente o processo construtivo, e a cogestão, na qual uma entidade contrata uma construtora para tal fim.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), especificamente a vertente dedicada à Urbanização de Favelas, beneficiou aproximadamente 2 milhões de famílias entre 2007 e 2016. Ao longo desse período, foram financiados mais de 800 projetos de urbanização, representando um investimento total de 11 bilhões de dólares. Esse esforço marca o PAC como o maior programa de intervenção em assentamentos precários já realizado no país.

⁴Dados da Fundação Perseu Abramo, 2021.

2.3 2016–2022 – Desmonte da Política Nacional de Habitação

O impeachment de 2016 marcou uma virada significativa na orientação social do Programa MCMV, especialmente afetando a Faixa 1, que prioriza a população de baixa renda. Sob o mandato de Michel Temer (2016–2018), observou-se uma redução drástica dos recursos oriundos do Orçamento Geral da União (OGU) destinados ao programa. Essa tendência de redução de investimentos se intensificou durante o governo de Jair Bolsonaro (2018–2022), culminando na suspensão total das contratações de novas moradias para o segmento de menor renda.

A política habitacional no governo Bolsonaro seguiu um padrão observado em outras áreas de sua gestão, caracterizando-se por uma postura autoritária, cortes significativos nos investimentos sociais, desarticulação de programas e estruturas institucionais, eliminação da participação popular e oposição aos movimentos sociais.

Em 2020, o governo introduziu o Programa Casa Verde Amarela, que veio a substituir o MCMV. Esta nova iniciativa modificou o foco dos investimentos, concentrando-se majoritariamente em recursos provenientes de fundos onerosos destinados às faixas de renda média. Por outro lado, a faixa de menor renda, que representa a maior parte do déficit habitacional e necessita de subsídios diretos do orçamento, foi deixada de lado.

O Programa Casa Verde Amarela foi introduzido por Jair Bolsonaro como uma nova identidade para prosseguir com os financiamentos habitacionais, utilizando recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e focando a classe média baixa. Além disso, procurou apresentar a entrega de moradias para famílias de baixa renda, em grande parte em empreendimentos já contratados durante o governo de Dilma Rousseff⁵ como se fossem iniciativas de sua gestão.

Os esforços anteriores voltados para movimentos sociais e cooperativas urbanas e rurais, que priorizavam a autogestão habitacional, foram interrompidos, inclusive projetos que já haviam sido aprovados. Ademais, apesar do anúncio do Programa de

Regularização Fundiária como uma das principais metas do governo Bolsonaro, essa iniciativa ainda não foi implementada. Desde a mudança de governo em 2016, não foram alocados recursos federais para novos projetos de urbanização de assentamentos precários.



Foto: Mobilização em São Paulo contra os cortes na habitação, 2021 — Acervo UMM-SP

Durante esse período, a UMM-SP ativamente mobilizou suas bases e expôs as discontinuidades das políticas públicas por meio de manifestações, caravanas e acampamentos. A organização também levou suas denúncias ao Ministério Público e a fóruns internacionais. Mesmo enfrentando a pandemia, conseguiu adaptar suas estratégias para continuar a pressão e a mobilização, utilizando-se de ferramentas virtuais para superar as restrições impostas pelo contexto de saúde pública.

2.4 Novo governo (2023)

Antes mesmo da vitória do Presidente Lula nas eleições de outubro de 2023 e continuando após sua confirmação, os movimentos sociais têm se unido a diversos grupos urbanos para elaborar propostas nas áreas de habitação e política urbana.

A Conferência Popular pelo Direito à Cidade,⁶ realizada em junho de 2022, reforçou o compromisso com a criação de cidades mais inclusivas e democráticas. Nesse evento, foram discutidas várias propostas, incluindo a ênfase na produção de habitação por meio de autogestão:

⁵ A presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, governou o Brasil de 2011 a 2014 e foi reeleita para um segundo mandato. No entanto, em 2016, foi destituída do cargo por meio de um processo de impeachment, liderado por forças políticas conservadoras. Esse evento marcou uma mudança significativa, resultando na descontinuação de várias políticas públicas, particularmente aquelas voltadas para o social.

⁶ <https://www.confpopdireitoacidade.com.br/> acesso em 10 fev. 2023

“Apoiar a luta para que a autogestão seja possível em todos os programas de moradia, garantindo o protagonismo dos setores populares na definição, gestão e implementação de programas e projetos, com recursos orçamentários garantidos e fundos públicos específicos, de maneira a ampliar a democracia e o controle social sobre as políticas públicas, combater a mercantilização que afeta o direito à moradia digna e à cidade, permitir a propriedade coletiva e fortalecer as organizações populares.”

No Núcleo de Apoio às Políticas Públicas da Fundação Perseu Abramo, fundamental na formulação do programa de governo do então candidato Lula, realizaram-se diversos debates e um grupo de trabalho analisou propostas de organizações da sociedade civil, acadêmicos e gestores públicos locais. Nesse contexto, a importância da autogestão habitacional e o papel dos movimentos sociais nas políticas de habitação foram enfatizados e incorporados às propostas finais.

Após as eleições, durante o processo de transição, foi formado um grupo de trabalho focado em questões urbanas para diagnosticar o estado das políticas urbanas e sugerir ações imediatas para o novo governo. Este grupo revelou a grave situação de descaso dos anos anteriores, evidenciada por mais de 130 mil habitações populares com obras paralisadas e uma previsão orçamentária que não cobriria nem um mês de obras em 2023. Entre as recomendações, estava a recriação do Ministério das Cidades e a retomada do Programa MCMV.

Com o início do novo governo em 1º de janeiro de 2023, o Ministério das Cidades foi reinstaurado e a equipe começou os preparativos para reativar o programa habitacional. Em 14 de fevereiro, o Programa MCMV foi oficialmente relançado em um evento público com o presidente, marcado pela assinatura de uma

medida provisória⁷ e a alocação de 9,5 bilhões de reais (aproximadamente 1,9 bilhão de dólares) do orçamento, além de 63 bilhões de reais (cerca de 14 bilhões de dólares) destinados ao financiamento habitacional.



Foto: Assinatura do novo MCMV, fev/23 — Acervo UMM-SP

Para facilitar essa retomada, os movimentos sociais foram convidados a contribuir com o desenvolvimento das novas diretrizes e influenciar as decisões do programa. Um grupo de trabalho (GT) intitulado “Entidades” foi estabelecido, contando com a participação de movimentos de abrangência nacional,⁸ além de representantes do Ministério das Cidades, da Caixa Econômica Federal, da Casa Civil e da Secretaria Geral da Presidência da República. Esse grupo se reuniu semanalmente por mais de cinco meses, dedicando-se tanto a resolver os problemas acumulados durante seis anos de negligência — como obras paralisadas, orçamentos defasados e dificuldades na conclusão dos projetos — quanto a definir os parâmetros para a nova fase do programa e o processo para novas contratações.

Iniciativas como o BR Cidades, que congrega ativistas e pesquisadores da área urbana, trouxeram à tona



Foto: Reunião da coordenação da UNMP com Secretário Nacional de Habitação, fev/23 — Acervo UMM-SP

⁷ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Mpv/mpv1162.htm acesso em 15 fev. 2023

⁸ Existem 7 organizações populares urbanas de caráter nacional: CMP — Central dos Movimentos Populares, CONAM — Confederação Nacional das Associações de Moradores, MLB — Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, MNLM — Movimento Nacional de Luta por Moradia, MTD — Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos, MTST — Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e UNMP — União Nacional por Moradia Popular

um leque de propostas visando aprimorar o programa e evitar falhas anteriores. Entre essas, sobressai a sugestão para que a modalidade Entidades receba mais recursos e unidades, reconhecendo seu desempenho superior e sua maior conexão com a comunidade envolvida.

Por sua vez, a UMM-SP, atuando por meio da UNMP, apresentou propostas enfocadas no reforço dos processos de autogestão. O objetivo é assegurar o papel central das famílias envolvidas e elevar a qualidade urbanística, arquitetônica e de gestão coletiva dos projetos. Para alcançar esses fins, a organização tem promovido uma série de oficinas destinadas tanto ao desenvolvimento de suas propostas quanto ao acompanhamento dos projetos em estágio de conclusão.

A UNMP também participou ativamente no processo de aprovação da medida provisória no Congresso Nacional, sugerindo um conjunto de emendas apresentadas por diversos parlamentares. Estas emendas visam prevenir a criminalização dos movimentos sociais, assegurar prioridade às famílias de baixa renda e facilitar a regularização dos projetos implementados. Contudo, emendas que favorecem a financeirização da moradia e os interesses de grandes incorporadoras acabaram sendo integradas à Lei do Minha Casa Minha Vida pelo Congresso Nacional.

No GT Entidades, discutiram-se normativas tanto para a retomada de obras antigas, que haviam sido interrompidas no governo anterior, quanto para o início de projetos contratados até 2016 que ainda não tinham começado. Apesar desses esforços, menos de 10% dessas situações foram resolvidas até o final de 2023. A complexidade e burocracia das regras do MCMV Entidades obscurecem seu processo de execução, dificultando a compreensão tanto para as entidades envolvidas quanto para os setores governamentais responsáveis.

A retomada do programa enfrentou obstáculos adicionais devido ao enfraquecimento das estruturas técnicas da Caixa Econômica Federal, o agente financeiro do programa, o que dificultaram significativamente o diálogo necessário para resolver problemas na execução dos projetos.

O GT Entidades também contribuiu para a formulação das diretrizes⁹ da nova versão do programa, envolvendo-se em diversas reuniões para negociar e promover melhorias, incorporando diferentes visões e algumas inovações. Uma das principais preocupações dos movimentos sociais foi garantir que o programa mantivesse seu foco no protagonismo dos movimentos populares organizados e evitar que fosse cooptado indevidamente pelo setor privado ou pelas prefeituras.

Contudo, ainda é cedo para avaliar o impacto dessas intervenções.

No âmbito geral do Programa MCMV, foram introduzidas novas regras para as especificações dos projetos habitacionais, visando evitar a concentração de grandes conglomerados de moradias. O objetivo é distribuí-los mais amplamente pelas áreas já consolidadas das cidades e promover o uso de imóveis em zonas centrais ou em regiões com melhor infraestrutura.

No segundo semestre de 2023, começou o processo de habilitação de entidades e envio de propostas para novos projetos habitacionais. Contudo, face a restrições orçamentárias, estabeleceu-se a meta de apenas 16.000 unidades habitacionais para todo o país. Esse processo ainda estava em andamento ao fecharmos este documento, com a conclusão prevista para o início de março de 2024. Alguns dados preliminares já são notáveis:

- Foram recebidas propostas para mais de 108 mil unidades habitacionais, quase sete vezes a quantidade de recursos disponíveis;
- Dentre elas, apenas metade atendeu a todos os critérios do programa e foi “enquadrada”;
- Foi o primeiro ciclo em que o processo de envio de propostas ocorreu inteiramente de forma digital, e o sistema utilizado enfrentou diversas falhas, exigindo correções e levando ao adiamento da divulgação dos resultados finais.

Após um ano de intensos esforços, concluímos que ainda existem muitos desafios para a implementação eficaz do programa. Isso sinaliza a necessidade de uma reorganização das iniciativas populares em torno de um projeto coletivo para as cidades brasileiras.

⁹ Ver o conjunto de normas em <https://autogestao.unmp.org.br/mcmv-entidades-novas-normativas/>

Parte II

A luta contra despejos e remoções forçadas

1

Sem teto e sem água: despejos na pandemia, uma tragédia para os deserdados da terra no campo e na cidade

A pandemia da Covid-19 expôs dramaticamente as severas desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira. Milhões de pessoas, habitando assentamentos populares, favelas, cortiços e bairros irregulares, enfrentam a falta de acesso à água potável, saneamento básico e segurança na posse de suas moradias. Sob a gestão de extrema direita de Jair Bolsonaro, caracterizada por um significativo retrocesso social, dismantelamento das políticas públicas e ataques à democracia, a pandemia resultou em mais de 700 mil mortes no Brasil, com milhões infectados.

De acordo com dados da Campanha Nacional Despejo Zero até Fevereiro 2023, foram registrados em todo o Brasil 1.887 conflitos relacionados à habitação, resultando no despejo de mais de 41 mil famílias e na ameaça de remoção forçada de outras 309 mil.¹⁰

Só no estado de São Paulo, ao menos 42 mil famílias encontraram-se sob ameaça de despejo. Em meio à crise sanitária, econômica e social que sublinhou a importância crucial da moradia para a sobrevivência de milhões em vulnerabilidade, despejos e remoções forçadas continuaram a ser promovidos por governos, judiciário e proprietários, mesmo no auge da pandemia. As medidas de isolamento social e higienização constante, como lavar as mãos e permanecer em casa, provaram ser as mais eficazes contra a propagação do vírus, mas foram práticas inacessíveis para grande parte da população brasileira, privada do direito à moradia digna e até mesmo ao acesso à água. Surge então o questionamento: como é possível lavar as mãos sem água ou permanecer em casa quando se está sem um lar?¹¹

¹⁰ Dados da Campanha Despejo Zero, disponíveis em: <https://mapa.despejozero.org.br/>, acesso em 15 jan. 2024.

¹¹ Acesse <https://habitatbrasil.org.br/page/2/?s=despejos+na+pandemia> para obter informações sobre a Campanha Despejo Zero e as mobilizações populares.

Para esclarecer a que nos referimos ao falar sobre o conceito de remoção forçada, optamos por adotar a seguinte definição:

“[...] processos coletivos que implicam no deslocamento imposto, o qual, portanto, não parte da vontade dos atingidos, de pessoas e famílias, em geral de baixa renda, de seus locais de moradia, seja qual for sua justificativa. Entende-se que as imposições podem acontecer em diferentes formas e graus, resultando também em diferentes níveis de violações de direitos, como o direito à moradia adequada, à gestão democrática das cidades, e à informação.” (Gonsales, 2023)

Os processos de remoção forçada baseiam-se na premissa de que certos grupos de pessoas podem ser deslocados contra a sua vontade, implicando no não reconhecimento do seu direito à permanência. Essas ações afetam desproporcionalmente a população de baixa ou muito baixa renda, que é majoritariamente negra e frequentemente tem mulheres como principais provedoras do sustento familiar, como destaca Gonsales (2023). A percepção de que essas pessoas são “removíveis” emerge de uma construção social que progressivamente as categoriza como ilegais, informais, ou até criminosas, segundo uma análise apontada por Rolnik (2015).

É crucial reconhecer que os processos de remoção forçada não começaram com a pandemia, nem terminaram com sua diminuição. São parte integrante da formação das cidades brasileiras e continuam a ocorrer independentemente de contextos pandêmicos.

“Pelo contrário, os despejos e remoções forçadas são parte estruturante da produção do território urbano e rural brasileiros, atingindo famílias de baixa renda, em situação de vulnerabilidade, que são expulsas muitas vezes pela própria intervenção do Estado e do direito, para atender a projetos de desenvolvimento, muitas vezes, desconexos às necessidades da população. São cada vez mais recorrentes os casos de famílias que já passaram por mais de uma remoção, evidenciando a situação de insegurança permanente vivida pelos grupos mais vulneráveis.” (Gramática Jurídica da Campanha Despejo Zero — Diversos Autores, 2022)¹²

Essa constatação é vital à medida que expandimos nossa reflexão para além da crise pandêmica. Os processos de remoção forçada são inerentes à formação das cidades brasileiras, sendo, em certo sentido, tolerados ou mesmo instrumentalizados na configuração do espaço urbano. Com a chegada da crise sanitária, a luta contra as remoções ganhou novos

fundamentos, como a defesa da vida, atraindo atenção significativa, inclusive da grande mídia, precisamente nesse momento. Entretanto, essas remoções continuaram a ocorrer, mesmo durante os períodos mais críticos da pandemia.

Dessa forma, compreende-se que, ao lutar pelo direito de permanência, luta-se igualmente pelo direito à existência plena. Esse direito à existência plena é visto como fundamental, inclusive precedendo o direito à moradia.

Em meio à pandemia, a Campanha Despejo Zero foi rearticulada ao longo de 2020.¹³ Já em março, com o decreto de calamidade pública, nossas entidades e movimentos começaram a receber denúncias de despejos em todo o país. No final de maio de 2020, vários movimentos lançaram uma nota nacional clamando “Parem os despejos!”. Em junho, a ONU Habitat recomendou aos países membros a garantia do direito à moradia diante do risco de despejos. Durante esse período, diversos movimentos, em colaboração com universidades — incluindo a União Nacional por Moradia Popular e o Laboratório de Justiça Territorial da UFABC (LabJuta), juntamente com o Observatório de Remoções — enviaram ao relator da ONU para o Direito à Moradia Adequada, Balakrishnan Rajagopal, uma denúncia sobre a situação de despejos no Brasil. Seguindo essas ações e algumas reuniões com movimentos do campo e da cidade entre junho e julho de 2020, a **Campanha Despejo Zero em Defesa da Vida no Campo e na Cidade** foi lançada nacionalmente, marcada por uma *live* no dia 23 de julho de 2020.

A campanha tem se esforçado para estabelecer diálogo com o poder público, incluindo gestores municipais, parlamentares e o sistema de justiça, buscando assegurar os direitos de famílias afetadas por despejos. Paralelamente, tem apoiado iniciativas de denúncia e trabalho para encontrar soluções que preservem o direito à moradia de comunidades em risco e indivíduos despejados ou em situação de rua. Além disso, tem promovido debates sobre a demarcação e proteção de territórios indígenas e quilombolas e articulado a sociedade civil em uma ampla agenda de mobilizações por reforma agrária e urbana. Para coordenar suas ações e mobilizações, a campanha organizou, ao longo de 2020/21 e 2022/23, diversas reuniões, ações de mídia, incidência política e mobilizações de rua. Também foram fortalecidos os núcleos estaduais da campanha e definidas atividades nacionais, além do acompanhamento das ações por GTs nacionais.

¹² <https://www.terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/Gramatica-Juridica-compactado.pdf>

¹³ <https://www.campanhadespejzero.org/>, o site da Campanha Nacional Despejo Zero traz uma série de informações sobre a organização, articulação e mobilização da campanha — incidências, mapeamento e comunicação. A Campanha Despejo Zero é uma iniciativa de luta contra despejos articulada internacionalmente pela Aliança Internacional dos Habitantes. No Brasil, a Campanha teve também o apoio da Coalizção Internacional do Habitat e da Plataforma Global pelo Direito à Cidade.

A Campanha Despejo Zero opera por meio de uma articulação horizontal, estruturada em torno de três GTs: **Incidência, Comunicação e Mapeamento**,¹⁴ complementados por um espaço de facilitação que congrega membros de todos os GTs. Essa campanha se estabeleceu como uma ampla rede composta por quase 200 entidades, abrangendo movimentos sociais nacionais e locais, tanto do campo quanto da cidade, laboratórios universitários, redes como BR Cidades, a Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares, o Fórum Nacional da Reforma Urbana, o Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico e Defensorias Públicas. Essa diversidade potencial mobilizou milhares de pessoas por todo o país, unificando-as sob a bandeira comum de “Despejo Zero na Pandemia!”

Entre 2020 e 2023, a Campanha Despejo Zero demonstrou uma notável capacidade de mobilização, conseguindo destaque tanto em mídias populares quanto oficiais, tanto nacional quanto internacionalmente, em torno das questões de despejos e moradia. Sua atuação afetou diretamente a vida de milhares de pessoas durante a pandemia, mantendo os movimentos sociais unidos e ativos durante esse período desafiador. Como prova do seu efeito positivo, destaca-se a suspensão temporária (e, em alguns casos, definitiva) dos despejos de cerca de 60 mil famílias.

A união e a mobilização dos movimentos sociais foram vitais para que fizéssemos progressos significativos na luta contra os despejos, alcançando vitórias importantes em diversos níveis judiciais, incluindo tribunais locais, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso Nacional. Inicialmente, conseguimos uma resolução no Conselho Nacional de Justiça que recomendava aos juízes um tratamento cauteloso dos conflitos fundiários. Em seguida, uma decisão do STF suspendeu de forma ampla os despejos durante a pandemia, e quase simultaneamente, o Congresso aprovou uma moratória dos despejos por um período de três meses. A decisão do STF vigorou de junho de 2021 até outubro de 2022. Apesar do término da moratória, o Supremo implementou uma série de condições favoráveis aos movimentos Sem Teto, tornando mais difícil a execução de despejos em massa no período pós-pandêmico. Essas conquistas, embora parciais, marcaram uma mudança significativa na abordagem das remoções forçadas no Brasil.

Desde a criação da Campanha Despejo Zero em junho de 2020, houve centenas de atividades locais de resistência organizadas, além de ações estratégicas desenvolvidas pelos GTs de Incidência, Mapeamento e Comunicação.¹⁵ Essas ações tiveram como meta

denunciar ameaças e fornecer meios eficazes de resistência para as inúmeras ocupações em risco por todo o país. O evento de lançamento da campanha ocorreu em 23 de julho de 2020, com uma transmissão ao vivo pelo YouTube, que foi compartilhada nas redes sociais de várias entidades parceiras. Esse evento político-cultural contou com a participação de uma ampla gama de organizações, incluindo a UNMP, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP), a Rede Habitat pela Humanidade,¹⁶ a Central de Movimentos Populares (CMP), o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), a Coalizão Negra por Direitos, o Observatório de Remoções, entre outros. O lançamento mobilizou mais de 7 mil pessoas e alcançou um público aproximado de 26 mil pessoas.

A Campanha Despejo Zero tem se expandido por todo o Brasil, atuando em diferentes níveis e formando núcleos estaduais e municipais, conseguindo unir importantes movimentos de reforma urbana e agrária tanto no campo quanto na cidade. Desde seu lançamento nacional, foram estabelecidos núcleos nas cinco regiões do país, especificamente na Bahia, no Ceará, em Pernambuco, no Rio Grande do Norte, em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, nas Minas Gerais, no Paraná, no Pará, no Piauí, em Goiás e no Espírito Santo, além de grupos regionais e locais em áreas como a Baixada Santista, Mogi das Cruzes, Ribeirão Preto e o ABC Paulista. Nos meses iniciais, a campanha organizou eventos virtuais para lançar esses núcleos estaduais, mobilizando movimentos e grupos locais para disseminar os propósitos da Campanha Despejo Zero e expandir sua base de apoiadores. Em julho de 2021, a campanha consolidou uma parceria formal com a Defensoria Pública da União (DPU), que aproveitou a ocasião para publicar um importante manual destinado a casos de despejos.

Em 5 de outubro de 2020, a Campanha Despejo Zero organizou uma oficina internacional em colaboração com o relator da ONU para moradia adequada. O encontro serviu como uma plataforma para que organizações de diversos países pudessem compartilhar experiências e reivindicar ações contra as remoções forçadas durante a pandemia.

Ao longo de 2022, a campanha promoveu inúmeras mobilizações para suspender despejos e remoções forçadas, além de empreender esforços de incidência política junto aos poderes legislativo e judiciário. Essas ações visavam a suspensão de despejos e

¹⁴ <https://mapa.despejzero.org.br/?modo=mapa&recorteTerritorial=mr>, Mapeamento Colaborativo Campanha Despejo Zero, acesso em 15 fev. 2024.

¹⁵ O link <https://www.campanhadespejzero.org/multimedia> contém diversos vídeos da Campanha Despejo Zero.

¹⁶ <https://habitatbrasil.org.br/page/2/?s=despejos>



Foto: União dos Movimentos de Moradia no Ato da Campanha Despejo Zero em São Paulo — Acervo UMM-SP

remoções por meio da criação de contranarrativas, ampliação da visibilidade, mobilização popular e coordenação com entidades jurídicas, especialmente as defensorias públicas e a advocacia popular. Frequentemente, ocupações e acampamentos de pessoas sem teto ou sem terra são retratados pela mídia tradicional de maneira negativa, como se fossem resultado de atividades criminosas, violentas e ilegais, estigmatizando as famílias envolvidas. Um dos principais desafios enfrentados pela campanha tem sido sensibilizar o público e as autoridades para o grave déficit habitacional e para a situação crítica das famílias que carecem de moradia digna. Esse desafio tornou-se ainda mais premente durante a pandemia, período em que aumentou o número de pessoas em risco de perder suas moradias e as dificuldades decorrentes da falta de habitação se agravaram significativamente.

As estratégias de comunicação adotadas pela Campanha Despejo Zero (CDZ) visam amplificar o debate sobre o direito à moradia, destacando as histórias de desocupações e das famílias afetadas, ao mesmo tempo que promovem reflexões críticas e denunciam a precariedade habitacional, política e sanitária do país. Ao trazer para o primeiro plano a realidade das pessoas ameaçadas de despejo ou já despejadas, e ao amplificar suas vozes, busca-se mudar a narrativa dos conflitos. Conforme Franzoni (2022), isso envolve deslocar o foco das discussões de dívidas, aluguéis e propriedades “invadidas” para as necessidades reais das pessoas e a falta de condições básicas para a garantia de vida e saúde. As mídias sociais da CDZ desempenham um papel crucial nessa missão, alcançando um público cada vez maior e diversificando as visões presentes no debate público.

Por meio de debates e planejamentos coletivos, realizados em conjunto com os movimentos sociais e organizações parceiras, as atividades do GT de

Comunicação buscam influenciar diretamente os conflitos habitacionais. Isso inclui a colaboração de um subgrupo do GT de Comunicação com o GT Jurídico, visando a incidência direta em casos específicos por meio de ações de pressão e acompanhamento junto aos órgãos responsáveis por emitir ordens de reintegração de posse. Essa abordagem integrada entre os GTs cria um ciclo de retroalimentação, onde o mapeamento gera dados que apoiam as demandas de comunicação e jurídicas, e vice-versa.

Entender profundamente o problema é essencial para uma intervenção eficaz na prevenção, mediação e resolução de desafios complexos como os conflitos fundiários, tanto urbanos quanto rurais. Todavia, a dificuldade em dimensionar a realidade do problema é exacerbada pela escassez, fragmentação, ocultação ou pela dificuldade de acesso e falta de transparência dos dados oficiais relacionados a essa questão. Isso impede a elaboração de contranarrativas e estratégias de defesa que garantam o direito à segurança da posse para as famílias empobrecidas e historicamente discriminadas no Brasil. Até o momento, a sociedade civil, apesar de suas limitações, tem se esforçado para identificar, denunciar e intervir em casos de violações do direito à moradia adequada. Os processos de despejos e remoções forçadas, abordados pela CDZ refletem a preocupante redução dos investimentos em habitação tanto no âmbito federal quanto estadual e municipal, bem como o aprofundamento da crise social e econômica enfrentada pelo país. Esses fatores, em conjunto, afetam gravemente o cenário urbano e habitacional no Brasil.

2

Denúncias de despejo e estratégias de resistência

Nesta seção, destacamos algumas estratégias adotadas para enfrentar processos de remoção, com especial atenção àquelas que envolvem a produção e sistematização de documentos e registros. Essas informações possibilitam a divulgação e, por consequência, a incidência política. Estes são principalmente casos identificados pela CDZ durante a pandemia no estado de São Paulo e que receberam acompanhamento tanto da própria campanha quanto da UMM-SP.

Outra tática amplamente adotada foi a criação de redes locais, reunindo diversos atores para pensar coletivamente em maneiras de reivindicar o direito à permanência, como será discutido a seguir. Por último, este texto visa levantar novas questões sobre o combate aos despejos no Brasil.

2.1 Dossiês e registros públicos de casos de ameaças de remoção

Para documentar esse processo de forma eficaz, a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo produziu, ao longo de 2022, três dossiês de denúncia focados em áreas específicas: o primeiro na Zona Sul,

particularmente na Vila Andrade; o segundo na Zona Leste, com o acompanhamento da ULCM, na ocupação conhecida como Jorge Hereda; e o terceiro na Zona Oeste, na Ocupação Vira Lata, localizada na região do Jaraguá.

Esses dossiês representam estratégias cruciais de registro, sistematização e divulgação dos processos que ameaçam desalojar famílias de baixa renda na cidade. Uma vez completos, esses documentos têm o poder de influenciar a opinião pública, especialmente por meio da mídia, e afetar o poder judiciário. Servem para dar visibilidade e substância aos processos jurídicos que frequentemente ignoram os impactos sobre as populações mais afetadas.

A Vila Andrade, um complexo de favelas situado na zona sul de São Paulo,¹⁷ está sob a ameaça do Projeto de Intervenção Urbana (PIU) Jurubatuba, um vasto plano de desenvolvimento. As mobilizações na área têm contado com a participação de uma ampla gama de atores, incluindo membros da comunidade, acadêmicos universitários e advogados, todos unidos no esforço para prevenir a remoção forçada de aproximadamente 10 mil famílias. Estas mobilizações têm sido cruciais para reforçar a luta das comunidades pelo direito à moradia e à permanência em seu território.

¹⁷ <http://www.labcidade.fau.usp.br/mais-de-25-mil-familias-estao-ameacadas-de-perder-suas-casas-na-dividida-vila-andrade/>

Na Zona Oeste da cidade, a Ocupação Vira Lata enfrenta desafios adicionais, pois está localizada em uma área pertencente à rede ferroviária federal, afetando cerca de 150 famílias. Já a Ocupação Jorge Hereda,¹⁸ que começou durante a pandemia em julho de 2021, abriga 800 famílias em um terreno do Grupo Savoy, um conhecido especulador imobiliário de São Paulo. Esta ocupação tem recebido defesa conjunta da Defensoria Pública, do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo.

As denúncias documentadas nos dossiês foram encaminhadas ao Ministério da Justiça, especificamente à Secretaria de Acesso à Justiça, que é responsável por tratar dos conflitos fundiários no âmbito do governo federal.

2.2 Articulações locais e o enfrentamento coletivo

Uma das táticas adotadas no combate às remoções foi a formação de articulações nos contextos locais, essenciais para reunir diferentes atores empenhados na reflexão e ação conjunta sobre o território. Essas articulações têm sido cruciais para unir pessoas afetadas, facilitando a comunicação com especialistas, instituições e outras redes de atuação, como a CDZ, operando em várias escalas.

Um exemplo notável dessa estratégia é a atuação da Articulação de Base e as reuniões organizadas pela Secretaria de Favelas e Ocupações da União dos Movimentos de Moradia (UMM). O objetivo é reforçar a luta contra os despejos e apoiar a atuação da entidade na defesa das ocupações, buscando acesso à terra e à moradia. Durante esse período, a Secretaria de Favelas desempenhou um papel crucial na promoção de ações solidárias locais, na organização de resistência aos despejos, na formação de comunidades e na mobilização de territórios contra a violência e em favor do acesso à terra.

Outro exemplo significativo foi o 3º Encontro de Favelas e Ocupações da Zona Sul, realizado em 2022, que conseguiu reunir mais de 25 comunidades, além de dezenas de organizações e entidades de apoio, como ONGs e universidades. Essas instituições vêm prestando suporte à Secretaria de Favelas da UMM

por aproximadamente quatro anos, facilitando a criação de uma rede de articulação permanente das favelas na zona sul de São Paulo. O encontro contou com a presença de ocupações recentes e outras que estão em processo de Urbanização Popular, com o suporte da UMM e de outras organizações. Mais de 130 lideranças participaram do encontro. Para organizar o evento, foram realizadas várias reuniões locais com as entidades envolvidas, que se dividiram em diversos GTs para assegurar o êxito do encontro. Como resultado, foram aprovadas 13 propostas para continuar o trabalho no ano de 2023.

2.3 Articulação de denúncias e acompanhamento das comunidades

Neste período, foram realizadas dezenas de atividades de acompanhamento, que incluíram visitas e reuniões nas comunidades, conduzidas por meio de ações solidárias.

Diversas comunidades em situação de extrema pobreza têm recebido apoio para fortalecimento e empoderamento local. Um exemplo é a Comunidade Terra Deus, que foi completamente removida pela prefeitura. A mobilização garantiu que as mais de 130 famílias afetadas recebessem, ao menos temporariamente, indenizações. Da mesma forma, houve defesa e acompanhamento da Ocupação Jorge Hereda, lar de 800 famílias sob ameaça de despejo. A UMM-SP e a CDZ realizaram várias visitas a comunidades ameaçadas, como o Complexo Vila Andrade e a Ocupação JG3, esta última enfrentando um processo de criminalização de lideranças por suposto crime ambiental. Também houve apoio à Ocupação Pantanal, que está em processo de regularização fundiária, e à Favela do Carrefour, despejada pela prefeitura, entre outras.

Essas visitas são cruciais não apenas para documentar as lutas e demandas das comunidades afetadas, mas também para estreitar laços e oferecer apoio às famílias, que frequentemente enfrentam isolamento e dificuldades em conectar suas lutas individuais a movimentos mais amplos que ocorrem em todo o país.

¹⁸ <https://sp.unmp.org.br/numero-de-domicilios-em-favelas-de-sao-paulo-dispara-na-pandemia/>

2.4 Novas perspectivas para o enfrentamento dos despejos no Brasil

Os efeitos mortais do governo Bolsonaro nas populações vulneráveis deixarão sequelas duradouras na sociedade brasileira. No entanto, a partir de 2023, apesar das persistentes ameaças à democracia, vivenciamos uma atmosfera de renovação. Com a posse do Presidente Lula em janeiro de 2023, surge uma nova esperança quanto à garantia do direito à moradia e uma abordagem diferenciada para os conflitos fundiários no país. Durante a transição para o

governo Lula, a CDZ apresentou ao novo governo uma carta¹⁹ contendo propostas emergenciais e estruturais para enfrentar a questão dos despejos. O governo federal, por sua vez, criou no Ministério da Justiça uma Secretaria de Acesso à Justiça e designou um grupo de interlocutores para coordenar esforços nos Ministérios das Cidades, do Desenvolvimento Agrário e dos Povos Indígenas em relação aos conflitos fundiários, além de promover o diálogo com órgãos federativos, o legislativo e o judiciário, e manter um contato contínuo com os movimentos e as comunidades afetadas. Trata-se de um momento de esperança, mas também um tempo de mantermos nossa resistência, vigilância e mobilização na luta contra os despejos, em prol da moradia digna, da reforma agrária e do direito à cidade.

¹⁹ <https://www.campanhadespejzero.org/noticias>

Conclusão

Nos últimos anos, em meio à escalada das crises econômica, social, política e sanitária, os movimentos de moradia, especialmente a UMM-SP, têm adotado diversas estratégias de organização. Este estudo foca duas delas: a promoção da produção autogestionária de habitação e a luta contra despejos e remoções forçadas. Essas abordagens refletem dois aspectos fundamentais do debate sobre o acesso a moradia digna e à cidade na atualidade, ambos emergindo de uma crise habitacional que tem se intensificado sem soluções eficazes baseadas em seus pilares fundamentais. A primeira estratégia aborda a criação de habitação de interesse social, enquanto a segunda enfoca o direito à permanência nos locais de moradia, sublinhando a importância da moradia digna.

Ambas estratégias também revisitam reivindicações históricas dos movimentos de moradia, tocando em elementos estruturais e aspectos do cotidiano contemporâneo. A luta pela autogestão desafia o modelo de sociedade individualista, e a resistência contra despejos combate as práticas excludentes de produção urbana, que marginalizam certos grupos sociais com base na premissa de que podem ser deslocados involuntariamente, inclusive durante uma grave crise sanitária global. Essas dinâmicas são cruciais porque questionam e confrontam problemas estruturais relacionados às práticas neoliberais, proprietárias e individualistas, incentivando-nos a considerar novas formas de viver, influenciar e coexistir.

Siglas

CDZ	Campanha Despejo Zero
CMP	Central dos Movimentos Populares
DPU	Defensoria Pública da União
FGTS	Fundo de Garantia por tempo de serviço
FNRU	Fórum Nacional da Reforma Urbana
GT	Grupo de Trabalho
MAB	Movimentos dos Atingidos por Barragens
MCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
MP	Medida Provisória
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
RENAP	Rede Nacional de Advogados Populares
UMM-SP	União dos Movimentos de Moradia de São Paulo
UNMP	União Nacional Por Moradia Popular

Referências

ÁVILA FRANZONI, Julia; RIBEIRO, Daisy Carolina Tavares; FERREIRA PIRES, Raquel. Terra, moradia e democracia: a gramática jurídica da Campanha Despejo Zero. In *SURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, v. 9, n. 1, p. 473–504, 2023. DOI: 10.26512/revistainsurgncia.v9i1.45842. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/45842>. Acesso em: 1 mar. 2024.

Fundação João Pinheiro <https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/> acesso em 10 fev. 2023.

Fundação Perseu Abramo (2021) <https://fpabramo.org.br/>

GONSALES, Talita Anzei. (2023). *Querem me tirar da minha casa. O papel de grupos acadêmicos nos processos de resistências às remoções forçadas na cidade contemporânea*. Tese de doutorado. Santo André, Universidade Federal do ABC.

Gramática jurídica da Campanha Despejo Zero (2022) [recurso eletrônico] / Julia Ávila Franzoni e LABÁ — Direito, Espaço & Política (FND-UFRJ) (organizadores). São Paulo : Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico — IBDU, 2022.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, v. 18, n. 3, p. 363-377, 2016.

NASCIMENTO, Denise Morado et al. O mecanismo da parceria público-privada como reforma do Estado. In: ROLNIK, Raquel (org.). *Cidade Estado Capital: reestruturação urbana e resistências em Belo Horizonte, São Paulo e Fortaleza*. São Paulo: FAUUSP, 2018, p. 12-37. Disponível em: http://www.labcidade.fau.usp.br/wp-content/uploads/2018/04/cidadestadocapital_virt_low.pdf. Acesso em: 21 set. 2022.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

O texto analisa as estratégias adotadas pelos movimentos de moradia no Brasil, com foco especial na União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP), no contexto das crises econômica, social, política e sanitária recentes no Brasil. Duas principais abordagens de atuação desses movimentos são destacadas: a promoção da autogestão habitacional e a luta contra despejos e remoções forçadas. Essas estratégias refletem as complexidades do debate sobre o acesso a uma moradia digna e aos direitos à cidade, emergindo da constatação de uma persistente crise habitacional no país.

O texto ressalta como essas abordagens não apenas buscam resolver questões imediatas de habitação, mas também abordam reivindicações históricas dos movimentos de moradia, tocando em aspectos estruturais e do cotidiano da vida contemporânea. A luta pela autogestão é apresentada como um desafio ao modelo de sociedade individualista, enquanto a resistência contra os despejos combate práticas excludentes de produção urbana, marcadas por um modelo econômico que marginaliza certos grupos sociais.

O IIED é uma organização de pesquisa em política e ação. Promovemos o desenvolvimento sustentável com o objetivo de melhorar os meios de subsistência e proteger o ambiente sobre os quais estes são construídos. Somos especializados em conectar as prioridades locais com os desafios globais. O IIED é baseado em Londres e trabalha na África, Ásia, América Latina, Oriente Médio e no Pacífico, com algumas das pessoas mais vulneráveis do mundo. Trabalhamos com eles para fortalecer sua voz nas arenas decisórias que os afetam — desde conselhos comunitários até convenções internacionais.



International Institute for Environment and Development
44 Southampton Buildings, Londres WC2A 1AP Reino Unido
Tel: +44 (0)20 3463 7399
www.iied.org

Este trabalho foi apoiado pelo Arts and Humanities Research Council (número de subsídio AH/W005980)



Produtos de
conhecimento